

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DOS (AS) ESTAGIÁRIOS (AS) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA-ES (PMV)

Lucas de Souza Leite¹

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/Capes)

Marcone Henrique de Freitas²

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/Capes)

Eixo temático 4: Atendimento Educacional Especializado

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a Educação Especial e os processos inclusivos a partir da perspectiva dos/as estagiários que realizam acompanhamento didático-pedagógico junto aos estudantes público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME). Levando em consideração que este acompanhamento se tornou mais efetivo a partir de 2014, com a promulgação da Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e que ainda existem lacunas na forma como é realizado, propõe-se a realização da pesquisa. Para tanto, foram realizadas aproximações teórico-metodológicas com Nilma Lino Gomes (2007), Carlos Skliar (2003) e Nilda Alves (2003), bem como a realização de entrevistas (pesquisa qualitativa) e questionário online (pesquisa quantitativa) com os/as sujeitos/as envolvidos. A partir da análise dos resultados, destaca-se a necessidade apontada pelos/as estagiários/as da realização de cursos de formação objetivando melhor prepará-los/as para realização do acompanhamento, a necessidade de planejamento em conjunto entre professor/a regente, professor especialista e estagiário/a e a necessidade de maior comprometimento da gestão escolar com os processos inclusivos.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado (AEE); Formação de Professores; Acompanhamento Didático; Inclusão Escolar.

Introdução

O estágio em educação especial na prefeitura Municipal de Vitória, capital do Espírito Santo, é um programa que paulatinamente abrange um número maior

¹ Mestrando em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES).
lucas.souzaleite@outlook.com

² Mestrando em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFES)
marcone.h.freitas@gmail.com

de licenciandos/as da Grande Vitória. Podendo ser considerado como parcerias estabelecidas da Prefeitura com a Universidade Federal do Espírito Santo e com as faculdades privadas, o estágio remunerado não-obrigatório alcança estudantes dos mais variados cursos de licenciatura que cumprem uma carga horária de vinte e cinco (25) horas semanais, recebendo bolsa-auxílio e vale transporte. O Programa tornou-se mais abrangente após a promulgação da Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

Nesta seara, julgamos importante ressaltar que a utilização do termo “pessoa com deficiência” carece de atenção, não podendo ser naturalizado, uma vez que o termo, conforme enfatiza Eric Plaisance (2015), é responsável por criar estigmas e estereótipos.

As denominações das pessoas são ao mesmo tempo suas representações. Denominar e designar não consistem apenas em atribuir um nome, são também maneiras de atribuir características às pessoas, quer isso seja explícito ou não para aquele que designa e para o que é designado (PLAISANCE, 2015, p. 231).

A constitucionalidade do referido Estatuto foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 5357. Em síntese, após a promulgação da referida lei, foi proposta uma demanda por parte de um grupo de empresas do ramo da educação privada requerendo que os efeitos do parágrafo primeiro - que torna obrigatório o cumprimento do texto da lei também pelas escolas particulares, incluindo o acompanhamento didático em sala de aula sem nenhum custo adicional às famílias - não se aplicassem às instituições. Contrariamente, o STF entendeu que essas instituições deveriam se adequar às novas normas, uma vez que não cumpri-las seria uma forma declarada de exclusão. Coadunando com esse raciocínio, o Ministro Relator Edson Fachin da ADI n.º 5357 afirma que “corre-se o risco de se criar às instituições particulares de ensino odioso privilégio do qual não se podem furtar os demais agentes econômicos. Privilégio odioso porque oficializa a discriminação”.

Na contramão deste entendimento, o que acontece na realidade é uma grande negligência por parte das escolas particulares para com a educação e inclusão, deixando, mesmo que de maneira velada, o desinteresse em admitir esses/as estudantes logo no ato da matrícula. Por outro lado, às escolas públicas o cumprimento da legislação não é opcional, mas imperativo, e mesmo com todas os desafios já conhecidos da educação pública brasileira, é ela quem assume a responsabilidade de promover a inclusão escolar e social de estudantes das mais variadas classes sociais.

No caso da cidade de Vitória esse quadro não é diferente. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SEME), todas as instituições da rede contam com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os/as estagiário/as, nesse contexto, são contratados/as para realizar o acompanhamento com os/as estudantes em sala de aula - quando é o caso do/a estudante frequentá-la regularmente -, auxiliando-os/as na realização das atividades propostas pelo/a docente regente ou na execução de atividades propostas pelos/as professores/as especialistas do AEE.

Entender, portanto, como/se acontece a inclusão nessas instituições é objetivo da presente pesquisa, propondo-se a ouvir aqueles/as que acompanham as crianças público-alvo da educação especial no cotidiano da escola, os/as estagiários/as, acreditando que pela proximidade, pelas relações socioafetivas estabelecidas entre esses/as sujeitos/as e pelas experiências acumuladas seja possível delinear caminhos para a efetiva inclusão desses/as estudantes no processo de ensinoaprendizagem.

Discussões Teóricas

As discussões contidas neste trabalho estão embasadas, principalmente, nos pressupostos teórico-filosóficos de Nilma Lino Gomes (2007) e Carlos Skliar (2003). O eixo da educação inclusiva é estreitamente relacionado com o da diversidade e currículo, e dentro deste prisma, Gomes (2007) enfatiza que "se a diversidade faz parte do acontecer humano, então a escola, sobretudo a pública, é a instituição social na qual as diferentes presenças se encontram"

(Nilma lino GOMES, 2007, p. 23). A autora chama atenção para o fato de que não há possibilidade da instituição se omitir ao debate da diversidade e nem o currículo desconsiderar discuti-la. Isso se torna ainda mais plausível quando a autora salienta que, muito daquilo que fomos educados a considerar como diferente é, em verdade, resultado de processos históricos e culturais - principalmente nas searas de colonização e dominação -, em que grupos humanos não passam a hostilizar outros grupos humanos pelo simples fato de serem diferentes, mas conforme destaca Brandão (1986, apud GOMES, 2007), num processo inverso, tornam outro grupo diferente para fazer dele seu inimigo. Por assim dizer, considerar a diversidade enquanto eixo transversal no currículo é pensar sobre fenômenos políticos, econômicos e culturais como etnocentrismo, xenofobia, racismo, homofobia e sexismo, por exemplo.

Corroborando com essa perspectiva, podemos fazer um paralelo com visão de Skliar (2003) sobre a pedagogia que predomina atualmente na educação brasileira. O autor destaca que a “pedagogia do outro” é a predominante e consiste na noção de inclusão enquanto processo de “pluralização do eu mesmo”. Para melhor compreensão dessa ideia, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer a instituição escola enquanto invenção da Modernidade, enquanto instituição cujo objetivo é a ordem, a classificação e a produção de mesmices homogêneas. Em termos gerais, a escola moderna produz e é pensada para atender a um padrão, de modo que, o que é fora do padrão a escola não dá conta. Neste contexto se inserem os/as estudantes público-alvo do AEE, uma vez que são pessoas que demandam por necessidades específicas e, portanto, tiram os/as profissionais da escola de suas “zonas de conforto”.

Dessa maneira, a pedagogia do outro, conforme enfatiza Skliar (2003), nega a existência do *outro*, dizendo que não está mal em ser como é, mas, contraditoriamente, afirma que está bem em ser alguma coisa que, de fato, o *outro* nunca poderá ser. É uma pedagogia que afirma o “nós”, mas nega o tempo comum, afirma o “outro”, mas nega-lhe sua temporalidade e espacialidade.

Diante do contexto acima delineado, o objetivo da pesquisa é de analisar a inclusão de estudantes público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação básica da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) a partir das perspectivas de estagiários/as da rede.

Materiais e Métodos

Para atender aos objetivos propostos pela pesquisa, buscamos captar a opinião dos/as estagiários que estão inseridos no cotidiano escolar. Para tanto, disponibilizamos um questionário on-line, elaborado via Google Formulários, e solicitamos as respostas de estagiários/as da rede de ensino de Vitória. O formulário ficou disponível durante duas semanas e, ao final, recebemos respostas de 26 licenciandos.

No questionário havia perguntas abertas e fechadas e buscavam compreender, basicamente, se na opinião deles/as a inclusão acontece de fato nas escolas que eles realizam o estágio, se receberam capacitação para realização do acompanhamento, como avaliam o comprometimento dos gestores/as, coordenadores/as e pedagogos/as, além de professores/as regentes e especialistas e dentre outras questões que serão mais bem especificadas na apresentação dos resultados.

Resultados

Buscando desenvolver uma análise que vise identificar a atual situação do AEE na educação básica do município de Vitória, foi realizado o levantamento de dados a partir da aplicação de questionários com os estagiários (as) que participam do programa.

Os questionários foram aplicados através da plataforma online “Google Forms” e divulgado por meio das mídias sociais. Por se tratar de um grupo amostral restrito, apenas os licenciandos que realizam estágio na educação especial do município de Vitória, obteve-se 26 respostas, o que em termos proporcionais pode ser considerado uma amostra significativa do público-alvo da pesquisa.

A partir do tratamento estatístico dos dados levantados, foi possível observar, além de alguns padrões que se repetiam entre as percepções dos estagiários/as, um panorama geral sobre a infraestrutura, comprometimento e capacitação dos agentes diretos do processo de inclusão. Os resultados de modo geral, apresentaram que grande parte dos estudantes público-alvo do AEE acompanhados estão entre o ensino fundamental I (47%) e fundamental II (54%).

Quando questionados sobre o diagnóstico do/a estudante acompanhado/a, destaca-se significativa concentração dos estudantes atendidos terem o laudo médico indicando autismo (47%) e deficiência intelectual (33%), como evidencia o gráfico Gráfico 01.

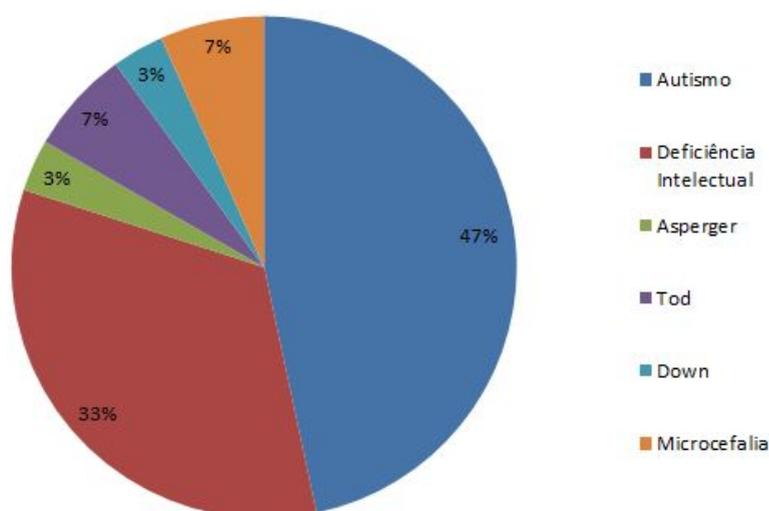
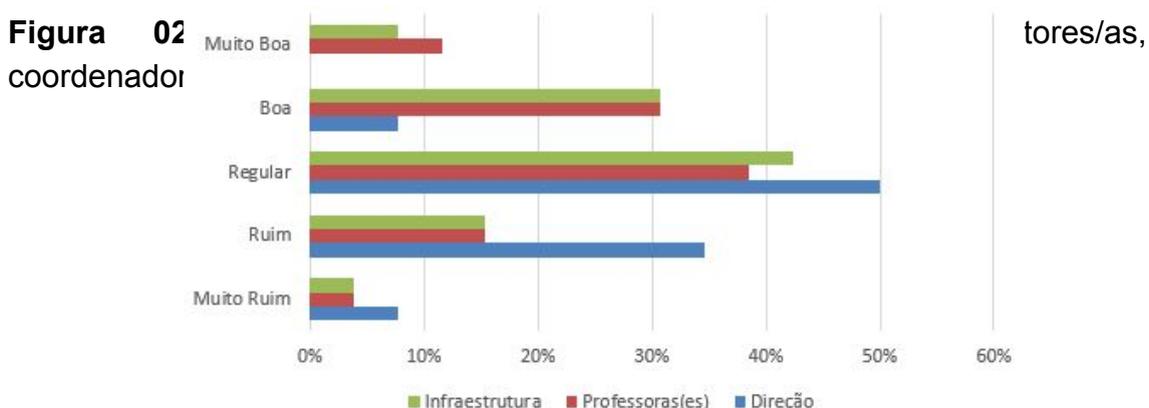


Figura 01 - Diagnóstico dos estudantes público-alvo do AEE acompanhados pelos sujeitos da pesquisa

É importante destacar que, dentro do grupo de estudantes acompanhados pelos licenciandos, mais da metade dos estudantes (52%) frequentam a sala de aula diariamente, outros frequentam as vezes e apenas (23%) e apenas 15% não frequentam a sala de aula. Estes dados podem ser considerados como sinal positivo e significativo para o processo de inclusão. Em relação a

infraestrutura das escolas para atender os estudantes público-alvo do AEE, os dados apontam que, segundo a percepção dos estagiários/as, a grande maioria apresenta “qualidade” regular (42%) e boa (31%).

Os/As professores/as especialistas da educação especial foram avaliados/as pelo grupo, na maioria dos questionários, como regular (38%) e bom (31%). Por outro lado, os (as) diretores (as), coordenadores (as) e pedagogos (as), obtiveram boa parte das avaliações entre regular (50%) e ruim (35%), conforme Gráfico 02.



A pesquisa também evidenciou algumas lacunas recorrentes observadas pelos estagiários/as, como a sensação da falta de comprometimento, por parte do corpo docente, em melhorar o processo de inclusão dos estudantes nas práticas pedagógicas cotidianas, conforme Gráfico 03. Essa sensação é corroborada quando 42% dos estagiários alegam que, na perspectiva deles/as os/as estudantes que acompanham não são incluídos nas atividades culturais e curriculares da escola.

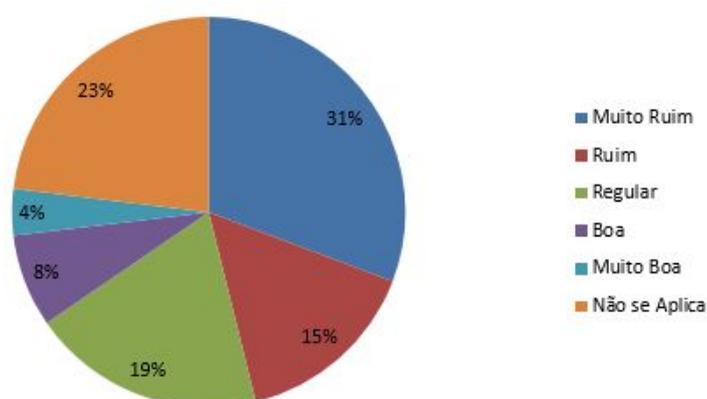


Figura 03 - Avaliação do comprometimento dos professores (as) regentes para com a inclusão dos estudantes em suas práticas pedagógicas cotidianas

Discussões

A partir de uma perspectiva geral, podemos considerar que os/as estagiários/as participam ativamente do movimento inclusivo nas escolas, sendo os responsáveis por acompanhar diariamente estudantes com diferentes diagnósticos. Autismo, síndrome de down, microcefalia, asperger, Transtorno Opositor Desafiador (TOD), Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade, foram os mais citados dentro pelos (as) participantes da pesquisa, sendo que alguns estudantes apresentam mais de um diagnóstico.

A opinião dos/as estagiários/as mostrou que as escolas da rede municipal de educação têm, de uma maneira geral, infraestrutura regular para receber e incluir os estudantes e é importante, nesse âmbito, destacar que por infraestrutura entendemos as instalações prediais, como rampas de acesso, banheiros adaptados, salas ambiente, materiais didáticos e paradidáticos, etc.

No que tange ao comprometimento de diretores, coordenadores, pedagogos e professores/as regentes de sala de aula para com o processo inclusivo, a pesquisa com os/as estagiários indica uma avaliação ruim. Esse quadro pode ser considerado um demonstrativo do que acontece na maior parte das escolas em que a responsabilidade de incluir recai única e exclusivamente sobre o AEE, os (as) professores (as) especialistas e estagiários (as), como se os/as estudantes fosse matriculado nesse setor da instituição – aqui o uso do termo “setor” é proposital uma vez que, dentro dessa perspectiva a escola não é entendida como um organismo transdisciplinar que promove a comunicação entre os mais diversos profissionais, mas sim como setores isolados. Tudo o que acontece com o (a) estudante público-alvo da educação inclusiva é reportado aos seus “tutores” do AEE, o que não é um processo inclusivo. É necessário um movimento contínuo de entendimento que o estudante, por mais que seja público-alvo do AEE, é estudante da escola assim como os/as demais.

Uma das informações que mais chamou atenção durante a coleta de dados está relacionado com a pergunta feita aos/às licenciandos/as para saber se receberam ou recebem algum tipo de formação/capacitação para realizar o acompanhamento. Todos/as os/as 26 entrevistados/as assinalaram negativamente, ou seja, não é realizado um treinamento ou curso de formação que prepare ou sensibilize os/as licenciando para realização do trabalho. Isso evidencia a lógica que emerge enquanto pano de fundo do programa de estágio da PMV, ora, existe uma diretriz legal que estabelece o acompanhamento individual obrigatório em sala de aula e a forma mais econômica e prática de cumpri-la são os/as estagiários/as.

Não estamos dizendo que pela falta de um curso formação o acompanhamento é, em todo caso, mal realizado, no entanto, é preciso enfatizar que nem todos/as estagiários/as tiveram acesso ao conteúdo, bibliografias e discussões que abordam a temática – uma vez que os/as licenciandos são de períodos distintos - e, portanto, “caem de paraquedas” no acompanhamento e enfrentam situações que simplesmente não sabem lidar. Destacamos que um dos poucos requisitos exigidos pela /secretaria é o/a licenciando/a estar, no mínimo, no quinto período, quando o que seria mais importante e coerente é saber se foi realizada alguma disciplina que discuta a temática. Além disso, oferecer um curso de formação para os/as estagiários/as é uma maneira de corroborar para com a inclusão dos/as estudantes de forma mais eficiente de modo que não fazê-la pode ser considerado como uma negativa de todo esse processo.

A maior parte dos/as entrevistados/as relatam que após o acompanhamento do/a estagiário/a, o/a estudante tem demonstrado avanços, mesmo que pequenos, no processo de ensinoaprendizagem e isso tem sido possível, principalmente por conta do contato mais estreito entre os/as sujeitos/as envolvidos, tornando possível captar aspectos que chamam mais a atenção do estudante e ressignificando para a construção de conhecimentos, num movimento de aprendizagem significativa, conforme se evidencia no relato de um dos sujeitos da pesquisa: *“Temos avançado bem produzindo textos com a temática de videogames. O aluno que acompanho gosta muito de jogos de*

vídeo games”; e ainda: *“Utilização de objetos de interesse do aluno (pássaros) para a desenvoltura da escrita”*.

Acerca dos avanços apresentados pelos estudantes, um estagiário destaca que o estudante apresenta *“melhor dicção, ampliação do vocabulário e iniciação à língua inglesa, aperfeiçoamento das habilidades motoras finas, habilidades esportivas básicas. Todos com meu acompanhamento sem o auxílio do corpo docente”*. Outro relato que demonstra bem esse contexto: *“Desde que acompanho o aluno consegui, de forma adequada, ensinar em alguns momentos o mesmo conteúdo da turma regular em ciências, geografia, história”*. Por fim: *“o processo de alfabetização está cada vez mais rápido, o conhecimento matemático também”*.

Outro relato que chamou bastante atenção foi o que se segue, pois ilustra bem como o Acompanhamento Educacional Especializado, bem como o processo de inclusão é dinâmico e não está preocupado, exclusivamente, com a aquisição de conhecimentos estabelecidos pelas bases curriculares comuns, mas também com conhecimentos do cotidiano escolar, com saberes que caminham para a autonomia dos/as estudantes e sua inclusão na sociedade, de forma geral: *“Depois que começou o acompanhamento meu aluno passou a beber água no copo, pedir para ir ao banheiro em vez de fazer na roupa”* e ainda: *“Aprendeu a escrever o seu nome completo”*.

Quando questionados acerca de como os/as estudantes que acompanham podem ser melhor incluídos nas atividades de sala de aula e da escola, a maior parte dos/as estagiários/as apontaram para a necessidade de maior comprometimento por parte dos professores regentes e gestores, melhorando a comunicação dentro do corpo pedagógico: *“Uma maior participação dos outros professores e corpo pedagógico, assim, articulando suas disciplinas e seus conhecimentos para melhorar o desempenho e a integração do aluno especial as outras atividades. É necessário diálogo entre os professores”*

Outros relatos apontam que é necessário realizar adaptação dos conteúdos e atividades avaliativas e, nesta seara, é cabível ressaltar a importância do planejamento dos professores/as regentes ser realizado, também, em conjunto

com os/as professores/as especialistas e pelo menos uma vez com o/a estagiário/a que faz o acompanhamento. Além disso, na perspectiva dos/as licenciandos/as, o caráter das avaliações deve ser, preferencialmente, processual ao invés de somativo, isto é, mais preocupado com o envolvimento do (a) estudante durante todo o processo do que a nota: *“O estudante precisa de atividades adaptadas e com menor rigor avaliativo, pois em muitos casos os professores dão a mesma atividade da turma para ele e o estagiário que se vire para ajudá-lo”*.

Considerações Finais

A partir da pesquisa é possível afirmar que na Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME), o programa de estágio para o acompanhamento individual em sala de aula objetivando a inclusão possui muitas potencialidades, uma vez que o grupo pesquisado revelou intervenções didáticas bem sucedidas, como a estratégia de se utilizar de conteúdos que chamam a atenção dos/as estudantes para o processo de ensinoaprendizagem.

Por outro lado, a pesquisa também mostrou que existem muitas lacunas que precisam ser corrigidas para que a inclusão seja realizada de uma melhor maneira, como, a realização de cursos de formação que preparem e capacitem o corpo de estagiários/as para a realização do acompanhamento, a necessidade dos/as gestores da escola, coordenadores/as e pedagogos/as em assumir a responsabilidade e promover ações, mesmo simples, que caminhem para a inclusão, não deixando essa tarefa exclusivamente para o AEE e a importância da realização de planejamento conjunto entre professores/as de área com os/as professores/as especialistas e estagiários/as, a fim de elaborar atividade e avaliações adaptadas que condizem com a realidade do (a) estudante.

Nesse âmbito, é cabível destacarmos os pressupostos de Amaral (1998) que chama nossa atenção para o reconhecimento da normalidade e da

anormalidade enquanto padrões distintos, porém inquestionáveis dentro da atual sociedade. A autora salienta que o que está em jogo, de fato, é problematizar os paradigmas que os definem, porque assim, torna-se possível pensar a anormalidade de maneira revolucionária, deixando de ser patologia e passando a ser enxergada “como expressão da diversidade da natureza e da condição humana, seja qual for o critério utilizado” (AMARAL, 1988, p. 3). Pensar a vida, em especial a escolar, dentro do prisma da diversidade permite o reconhecimento da necessidade de propostas de ensino diversas, de metodologias, atividades e avaliações diversas que contemplem e incluam os mais diferentes tipos de estudantes.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. **DIFERENÇAS E PRECONCEITOS NA ESCOLA**: Alternativas teóricas e Práticas. Julio Groppa Aquino (org.) São Paulo Summus Editorial, 1998.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de Julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

FACHIN, Edson. **Escolas particulares devem cumprir obrigações do Estatuto da Pessoa com Deficiência, decide STF**. 09 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=318570>

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo / [Nilma Lino Gomes]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

PLAISANCE, Eric. Da educação especial à educação inclusiva. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 2, p. 230-238, maio-ago. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/>

SKLIAR, Carlos Bernardo. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. **Ponto de Vista**: revista de educação e processos inclusivos, n. 5, p. 37-49, 2003.